

# DISCURSOS SOBRE A CULTURA: FORMULANDO POLÍTICAS CULTURAIS<sup>1</sup>

Valmir de Souza<sup>2</sup>

---

## RESUMO

Este artigo tece comentários indicativos acerca de algumas concepções de cultura e políticas públicas de cultura no Brasil a partir de uma amostragem de textos e documentos produzidos por intelectuais e artistas que atuaram em gestões culturais, portanto escritos por agentes de órgãos públicos. Os autores propuseram e desenvolveram projetos culturais no território brasileiro, ampliando o conceito de cultura e buscando transformar as práticas públicas de cultura.

**Palavras-chave:** Cultura. Discurso. Gestão. Palavra. Política Cultural.

## ABSTRACT

This article indicates comments about some conceptions of culture and public policies of culture in Brazil from a sample of texts and documents produced by intellectuals and artists who worked in cultural managements, therefore written by agents of public administrations. The authors proposed and developed cultural projects in Brazil, expanding the concept of culture and seeking to transform public culture practices.

**Keywords:** Culture. Discourse. Administration. Word. Cultural Policy.

---

1 O presente artigo foi apresentado no X Seminário Internacional de Políticas Culturais, em junho de 2019.

2 Doutor em Teoria Literária pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com pós-doutorado em Políticas Públicas de Cultura. Professor, ensaísta, pesquisador de políticas culturais e literatura, associado ao Instituto Pólis. Autor do livro *Cultura e literatura: diálogos* (Ed. do Autor, 2008). E-mail: vsouza50@gmail.com.

## PONTO DE PARTIDA

*Formular política cultural é fazer cultura.*

Gilberto Gil

A formulação de políticas culturais no Brasil tomou grande impulso nos anos 1980, com debates e discussões sobre a natureza de uma política pública de cultura. Diversos gestores e pensadores da questão cultural têm buscado explicitar suas posições sobre o tema através de textos, discursos e documentos que balizaram programas de governo, de partidos e da sociedade civil. Essas concepções têm sido recorrentes e adotadas nos vários níveis de governo no cenário nacional.

Este artigo, que não se pretende exaustivo, tece comentários indicativos acerca de algumas concepções de cultura e políticas públicas de cultura no Brasil a partir de uma amostragem de textos e documentos produzidos por intelectuais e organizações que atuaram em gestões culturais, portanto escritos por agentes de órgãos públicos. Os autores propuseram e desenvolveram projetos culturais no território brasileiro, ampliando o conceito de cultura e buscando transformar as práticas públicas de cultura.

Através desses textos pode-se constatar como as concepções de políticas culturais, avançadas em seu tempo, foram pensadas como políticas de Estado. No entanto, essas práticas não são realizadas no vácuo, mas determinadas por injunções históricas, com tensão interdiscursiva em relação aos agentes políticos, e produzem convergências e divergências sociais.

Para efeito deste trabalho, abordaremos quatro momentos históricos decisivos na produção de textos e experiências, cujos principais atores são: Mário de Andrade, Aloísio Magalhães, Marilena Chaui e Gilberto Gil. Optou-se por uma amostragem panorâmica dos textos escolhidos.

Evidente que há outros pensadores, ministros e secretários de cultura no Brasil que escreveram sobre o tema da cultura e das políticas culturais, mas que não estão nessa amostragem por motivos de espaço, como Celso Furtado, Sábado Magaldi, Gianfrancesco Guarnieri, entre outros.

## DUAS CONCEPÇÕES DE POLÍTICA CULTURAL

Os diversos textos programáticos sobre política cultural que vamos abordar pensaram a cultura de forma ampla, propondo conceitos inovadores para as práticas dos governos em que atuavam os respectivos autores e gestores de cultura e provocando “viradas culturais”.

Uma das concepções de política cultural mais praticadas é a que valoriza o campo estritamente artístico e as artes consagradas. Por ela, o gestor público tem sido visto como um produtor cultural operando nos termos

das artes produzidas por um grupo restrito. Nesse campo, as elaborações de políticas culturais, com uma visão oficial da cultura, se utilizam de um discurso técnico, produzido por especialistas e se limitam às questões específicas do que seria considerado artístico, com foco na materialidade da cultura, como é o caso de estudos sobre patrimônio histórico e cultural, com a política de “pedra e cal”.

Essa visão da cultura voltada para a produção artística remonta à chegada da Família Real no Brasil, a partir da qual foram inauguradas instituições como a Academia de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, continuando no Segundo Reinado, quando vários artistas foram financiados pelo Imperador D. Pedro II, através de um tipo de mecenato estatal restrito.

Outra concepção visa ampliar o conceito de cultura, promovendo interfaces com diversos campos (educação, saúde, meio ambiente...) e incorporando práticas que não seriam consideradas como “culturais”. A cultura aí é vista como modos de vida.

A necessidade de trabalhar com as artes estabelecidas e ao mesmo tempo alargar a noção de cultura tem colocado os gestores de cultura diante de um dilema: priorizar as artes instituídas ou abranger as práticas cotidianas como costumes, festas, culinária de um povo etc.?

## **DISCURSOS SOBRE A CULTURA**

Esse debate acerca da cultura provoca tomadas de posição do intelectual, e nesse sentido faz-se necessário levar em conta seu papel como ator e gestor público de cultura que produz ideias e programas para o fazer cultural. Como se sabe, no Brasil, alguns intelectuais e artistas têm recebido a incumbência de articular o campo cultural, como é o caso de Mário de Andrade, que se tornou “modelo” para várias gerações de gestores culturais. No entanto, ainda que os intelectuais tenham se ligado a alguma esfera de poder administrativo, com atividades inseridas nos “mecanismos clássicos de cooptação”, muitos deles cultivaram certa desconfiança quanto ao papel exercido pelo Estado (MICELI, 2001, p. 187). E às vezes, mesmo dentro da máquina estatal, eles atuaram “contra o Estado”.

Esses intelectuais-funcionários, bem equipados culturalmente, produzem “discursos” destinados à publicização de uma política cultural com a intenção de agir e intervir na esfera pública, como palestras, textos programáticos, discursos de posse etc. Isso já evidencia uma produção simbólica que se caracteriza como uma forma de exercer uma atividade cultural e, portanto, de produzir cultura.

Alguns textos buscam interferir na vida social no sentido de propor ideias que se opõem ao establishment. Mais recentemente, alguns

gestores/as e pensadores/as têm sido críticos ao modelo neoliberal e aos projetos de políticas culturais elaborados nas três esferas do Estado, buscando superar a situação estabelecida. Analisam principalmente o campo da cultura. Com isso, ajudam a descortinar as políticas culturais no país, por exemplo, a proposta da “cultura como bom negócio”, prática desenvolvida durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (MinC, 1995).

Além disso, ao procurar construir uma visão da cultura que não seja a dominante e de mercado, esses textos elaboram uma retórica que pretende “refletir” a dimensão política e pública da cultura. A economia discursiva de vários textos incorpora os elementos sociais de sua época e se inserem na disputa ideológica e simbólica num país marcado pela desigualdade social, econômica e cultural. São discursos que tomam posição em favor da transformação social no campo da cultura, e apostam na possibilidade de superar conceitos de cultura que em geral estão marcados por estereótipos de classe social.

#### **MÁRIO DE ANDRADE: A GESTÃO CULTURAL**

A experiência histórica da gestão de Mário de Andrade expressou seu projeto político-cultural distribuído em vários documentos, desde Decretos até um anteprojeto sobre patrimônio histórico. Como é notório, as ações de Mário de Andrade são inaugurais das políticas culturais brasileiras e, ainda que já houvesse no país um debate sobre o patrimônio histórico e artístico, o autor de *Pauliceia desvairada* pautou as discussões por uma visão abrangente de cultura nos anos em que foi diretor do Departamento de Cultura e Recreação do Município de São Paulo (1935-1938).

Até o início de 1930, a formulação de políticas culturais ainda era escassa na cidade de São Paulo. Como a cidade já tinha sido palco da Semana de Arte Moderna de 1922, sentia-se a necessidade de criar um órgão público que incentivasse a cultura. Mário de Andrade e Paulo Duarte, entre outros, preocupados com a teoria e a prática cultural, propuseram ao prefeito Fabio Prado a assinatura do Ato n. 861 (30.05.35), decretando a criação do Departamento de Cultura e Recreação, que teria por finalidade “estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural, e pôr ao alcance de todos palestras e cursos populares de organização literária ou científica (...) tudo o que possa servir para o aperfeiçoamento e extensão da cultura” (DEPTO. DE CULTURA, 1935). Nota-se aí o embrião de uma atuação pública no campo das políticas culturais em São Paulo.

Mário de Andrade, quando diretor desse Departamento foi alvo de muitos ataques e incompreensão, mas conseguiu estabelecer o mínimo necessário para a formulação de uma política cultural, promovendo um salto

qualitativo e assentando a preocupação da gestão pública municipal em relação ao tema da cultura na cidade. Como registra Antonio Rubim:

Pode parecer surpreendente que uma experiência municipal seja reivindicada como inauguradora em um panorama histórico acerca das políticas culturais nacionais. Acontece que ela, por suas práticas e ideários, transcende em muito as fronteiras paulistanas. Não por acaso este é um dos episódios mais estudados das políticas culturais no Brasil (2011, p. 19).

Ainda segundo Rubim, as contribuições do autor de *Macunaíma* extrapolam o sistema das belas-artes abarcando as culturas populares, além de propor uma intervenção sistemática por parte do Estado em diferentes campos culturais. Também a noção de patrimônio foi bastante ampliada, passando dos bens tangíveis para os intangíveis. Além disso, o autor de *Macunaíma* viajou por várias regiões do Brasil, investigando as diferentes manifestações da cultura brasileira. Enfim, não se pode deixar de registrar que esse momento foi de grande inventividade nas políticas culturais no Brasil (ibidem, pp. 19-20).

#### **ALOÍSIO MAGALHÃES: OS BENS CULTURAIS**

O período de 1970 a 1982 foi marcado por uma atuação estatal, em plena ditadura militar, nas políticas culturais, quando houve no país algumas propostas de Conselho de Cultura e Plano Nacional de Cultura. Nesse período, as políticas culturais foram pautadas por uma visão geopolítica nacional que nem sempre levava em conta as contradições regionais e culturais.

Mas alguns intelectuais-gestores retomaram o ideário de Mário de Andrade, como é o caso de Aloísio Magalhães que elaborou projetos de políticas culturais com uma visão abrangente, contribuindo para a reflexão e projetos que se seguiriam aos anos 1980. Em seu livro *E Triunfo?* (1985) sobre a questão dos bens culturais no Brasil, Magalhães procura explicitar um conceito ampliado de cultura. Ele se opôs à noção de bens culturais somente como bens materiais, ou seja, como o patrimônio histórico edificado na vertente da preservação dos bens da tradição colonial, branca, militar e eclesiástica, restringindo a cultura à política de “pedra e cal”.

A concepção de cultura de Magalhães considerava a abrangência: “o conceito de bem cultural extrapola a dimensão elitista, de ‘o belo e o velho’, e entra numa faixa mais importante da compreensão como manifestação geral de uma cultura. O gesto, o hábito, a maneira de ser da nossa comunidade se constituem no nosso patrimônio cultural” (MAGALHÃES, 1985, p. 72).

Magalhães buscou incorporar ao patrimônio construído “o bem ecológico, a arte, a tecnologia, o fazer e o saber. Das elites e do povo também” (FALCÃO, apud MAGALHÃES, 1985, p. 18 cit. por CALABRE, 2005, p. 28). O autor atualiza ideais de Mário de Andrade, rearticulando a noção de patrimônio antropofágico contrapondo-se aos antecessores no Iphan, adota a noção de *bem cultural*, “um bem cultural abaporu” (CALABRE, 2005, p. 29), que poderia ter uma significação que transcendesse a ideia de patrimônio arquitetônico enraizada nas práticas de preservação no Brasil.

A ideia de bem cultural já havia sido aventada em 1975, durante a criação do Centro Nacional de Referência Cultural, que deveria ter um “sistema referencial básico” para a pesquisa de indicadores culturais, considerando-se, entre outros pontos, a “abrangência e flexibilidade na descrição dos fenômenos” (CNRC, 1975, apud CALABRE, 2005, p. 30).

Para implementar tal ideia, o artista e secretário da cultura do MEC teria de enfrentar vários desafios: a estrutura da sociedade brasileira com suas classes dirigentes/dominantes de base patrimonialista, que se apropriam dos bens culturais de toda a sociedade através do Estado; a própria estrutura do Estado brasileiro, que não formou gestores e técnicos com uma visão abrangente – o que denota a pouca importância dada às políticas culturais ao longo da história do país.

#### **MARILENA CHAUI: A POLÍTICA DE CIDADANIA CULTURAL**

No período 1989–1992, os formuladores de cultura viram nesse campo um instrumento de promoção da cidadania cultural como direito à expressão, à diversidade política e social e ao acesso aos bens produzidos pela sociedade, ressaltando-se a importância de considerar a cultura como uma dimensão fundamental da sociedade. Nesse período, Marilena Chaui exerceu o cargo de Secretária Municipal de Cultura de São Paulo, durante a Administração de Luiza Erundina.

Em seu discurso de posse, “Reflexos de cidadania” (2 de janeiro de 1989) a Secretária afirma: “A imensa inovação indica que a Secretária de Cultura terá como trabalho primordial promover a transformação da cultura política existente na cidade”. E essa mudança viria com a participação política no governo da cidade, o que significa “criar um campo concreto de participação cultural” (CHAUI, 1989).

No texto “Uma opção radical e moderna: Democracia Cultural”, a secretária enfatiza a Cidadania Cultural como uma diretriz no projeto de governo local, elaborando uma política cultural pautada pelo direito à produção, fruição e participação da população. A política do clientelismo e do favor, no dizer da então secretária, necessitava de uma mudança radical.

Inverter isso deveria levar a uma tomada de posição baseada no direito à cultura (idem, 1993).

A gestão Chaui enfrentou o desafio de ampliar o conceito de cultura, conforme o proposto já no discurso de posse, tendo até de, ao longo da gestão, reformular juridicamente a noção de cultura para, por exemplo, poder contratar profissionais para realizar oficinas de culinária nas Casas de Cultura em São Paulo.

O legado dessa gestão teve grande ressonância nas políticas públicas de cultura no Brasil, sendo divulgado e até incorporado por outras cidades do país.

Mas, como era de se esperar, na cidade de São Paulo, várias conquistas da gestão democrática desse período foram “esquecidas” pela falta de continuidade política. A partir de 1993, passou a haver uma mudança de prioridade e de foco na política cultural da cidade voltada para a valorização de uma cultura de eventos, e também com ênfase nas leis de incentivo com renúncia fiscal.

#### **GILBERTO GIL: AMPLIANDO A CULTURA PELA PALAVRA**

A ideia de abrangência cultural torna-se o mote principal do Ministério da Cultura durante a administração de Gilberto Gil. Seu discurso de posse (MinC, 2003) é uma peça basilar para a compreensão da questão cultural nos anos recentes. A partir de sua experiência, o músico-pensador aponta os caminhos a serem tomados por sua gestão cultural. De fato, a nomeação de um afro-brasileiro para um ministério se torna um gesto simbólico de grande impacto na sociedade, mas também um gesto político que se caracteriza pela abrangência territorial e conceitual. As duas inovações, conceitual e territorial, estão no cerne do discurso e da política cultural do então ministro da Cultura. Como ele afirma em seu discurso de posse:

E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta “classe artística e intelectual”. Cultura, como alguém já disse, não é apenas “uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos”. Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra “folclore”. Os vínculos entre o conceito erudito de “folclore” e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. “Folclore” é tudo aquilo que – não se enquadrando, por sua antiguidade, no panorama da cultura de massa – é produzido por gente inculta, por “primitivos contemporâneos”, como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual.

Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me preveniram definitivamente contra essa armadilha. Não existe “folclore” – o que existe é cultura.

Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos (GIL, 2003).

As definições acima ampliam as propostas dos pensadores que antecederam o ministro Gil – Mário de Andrade, Aloísio Magalhães e Marilena Chaui, reinterpretando experiências e projetos em chave contemporânea. Esse discurso opera uma ampliação da questão cultural com grande visibilidade em todo o país, trazendo a contribuição de artistas e movimentos culturais do passado, e também da própria trajetória de Gilberto Gil como artista e ativista cultural. Sua gestão propõe debates nacionais em torno das concepções e práticas culturais no país, promovendo programas imaginados por vários agentes culturais, como são os casos do Sistema Nacional de Cultura, do Programa Cultura Viva e do Plano Nacional de Cultura, para citar alguns.

As ideias de Gil também estão eivadas da visão artística contemporânea, que incorpora valores populares, trabalho de apropriação comum às vanguardas “antropofágicas” e tropicalistas, promovendo intenso diálogo com o passado.

É muito significativo que Gilberto Gil e Juca Ferreira tenham publicado uma obra chamada *A cultura pela palavra* (2013), registro de discursos, palestras, debates que dialogam com as várias vertentes da atividade cultural. Peço licença para citar aqui uma resenha de minha própria autoria sobre esse livro:

... a palavra cultura vem adensada pelas relações que tece com as tecnologias digitais, a diversidade, a cidadania, a economia e a expressão artística, o que mostra a globalidade do conceito de cultura, vista como o coração do desenvolvimento e como assunto de Estado. Depois dos ventos neoliberais, o redimensionamento da atuação do Estado como “servidor” público se deu pela guinada nas políticas culturais. O MinC precisava se atualizar em sua legislação, estrutura e conceitos para cumprir seus deveres, retomando sua tarefa de formulador, fomentador e executor de ações diretas no campo da cultura sem terceirizar suas ações. (...) Note-se também a importância dada a um novo conceito de desenvolvimento sustentável, que atravessa o livro não mais como mero crescimento econômico, além de elevar a questão da diversidade como base do diálogo intercultural entre os povos. As artes foram ampliadas,



incluindo formas não tradicionais como artesanato, moda e design. O sentido das artes significou também pensar a ampliação do sentido estético da vida. (...) Essas palavras, impregnadas do “jogo infinito”, abrem nossa imaginação, criando a possibilidade de refundação das políticas culturais no Brasil. A imaginação criativa, enfim, ganha corpo nesses discursos culturais (SOUZA, 2013, p. 39).

Uma das conquistas das ações do governo Lula (2003–2010) foi inserir a cultura na pauta de outras secretarias, transversalizando-a nas políticas sociais e levando em conta as interações com outros “setores”, como saúde, educação, habitação, o que possibilitou a formação de uma série de programas conjuntos entre secretarias de governo. A par da abrangência, a transversalidade é incluída na política cultural do Ministério da Cultura.

## CONCLUINDO

Pensar uma concepção abrangente cultura na política cultural no Brasil ainda continua sendo uma questão em aberto, que requer dos formuladores de políticas sociais uma tomada de posição que leve em conta os atores, os cenários, os contextos, os valores, enfim, a vida política e cultural da sociedade, já que o gestor público lida com questões cruciais vida social contemporânea, e para implementar programas e ações no campo artístico-cultural, ainda sujeito a práticas conservadoras que excluem as classes populares da cena pública.

De toda forma, ampliou-se o modo como a cultura é concebida no Brasil, devido a um enorme esforço social e político de várias gestões culturais nas três esferas de governo. Percebeu-se que a cultura não deve ser vista como o campo neutro das especializações, pois comporta um sentido de abrangência e apropriação criativa da realidade. Como ação pública, a política de cultura deveria ultrapassar as formas instituídas das artes, requerendo para isso pôr em ação uma concepção ampla de cultura que atue nas várias dimensões da sociedade, inclusive encarando as artes como um bem a ser usufruído por quem não tem acesso a ele.

O desafio enfrentado por Gilberto Gil foi o mesmo dos gestores anteriores, pois o encontro com a realidade apresentou os entraves tradicionais para a realização de conceitos abertos à participação das culturas historicamente excluídas das políticas e do espaço públicos.

Enfim, todos os textos e experiências que propomos verificar procuraram formular programas culturais amplos para o Brasil, mas tiveram limites e desafios que até hoje não foram superados. Esses discursos propuseram elaborar uma ideia do fazer cultural que transcendesse as

relações com as belas-artes, revisitando o passado com um olhar voltado para o presente e o futuro do país.

Assim, tem havido uma tradição no Brasil de se produzirem ideias sobre cultura, e essa tradição deixa seu legado em forma de textos e discursos que dão sequência a concepções dentro de chaves e perspectivas inovadoras.

## REFERÊNCIAS

- CALABRE, Lia (org.). *Políticas culturais: diálogos indispensáveis*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. “Uma opção radical e moderna: Democracia Cultural”. *Pólis*, número temático “Experiências de gestão cultural democrática”. São Paulo, n. 12, 1993, pp. 9-38.
- CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA CULTURAL (CNRC). *Quatro anos de trabalho do Centro Nacional de Referência Cultural*. Brasília: 1979.
- GIL, Gilberto; FERREIRA, Juca. *A cultura pela palavra*. Rio de Janeiro: Versal, 2013.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Roberto Marinho, 1997.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MINISTÉRIO DA CULTURA (MinC). *Cultura é um bom negócio*. Brasília: MinC, 1995.
- PÓLIS – Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. *Experiências de gestão cultural democrática*. Organização de Hamilton Faria e Valmir de Souza. São Paulo, n. 12, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Cidadania cultural em São Paulo (1989-1992): leituras de uma política pública*. Organização de Hamilton Faria e Valmir de Souza. São Paulo, n. 28, 1997.
- RUBIM, Antonio A. Canelas. *As políticas culturais e o governo Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- SOUZA, Valmir de. *Cultura e literatura: diálogos*. São Paulo: Ed. do Autor, 2008.
- \_\_\_\_\_. Resenha de: GIL, G.; FERREIRA, J. *A cultura pela palavra*. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, n. 70, maio 2013, p. 39.

**DISCURSOS, PROGRAMAS E DOCUMENTOS**

DEPARTAMENTO DE CULTURA. Acto número 861, de 30 de maio de 1935.

Organiza o Departamento de Cultura e Recreação. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, v. 1, n. 12, 1935.

CHAUI, Marilena. Discurso de posse da Secretária de Cultura. São Paulo, 2 de janeiro de 1989, digitado.

GIL, Gilberto. Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Brasília: Ministério da Cultura, 2003. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/site/2003/01/02/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo/>>. Acesso em 20 jan. 2011.